

CONSTITUINTE

Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos
 Sindicato Nacional dos Aeronautas
 Sindicato dos Aeroviários de Recife
 Sindicato Nacional dos Aeroviários
 Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo
 Associação dos Controladores de Tráfego Aéreo Civil do Brasil

29 de maio de 1987.

O PÁSSARO CIVIL DECOLOU

Aprovado na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte através de emenda do deputado Noel de Carvalho, o projeto de desvinculação da Aviação Civil do ministério militar - "Pássaro Civil" - passa agora a ser analisado pela Comissão de Ordem Econômica.

A presença marcante dos representantes do SNA no Congresso fez com que nossa reivindicação fosse ouvida apesar da forte oposição do Ministério da Aeronáutica. Os lógicos argumentos dos aeronautas, aeroviários e controladores de tráfego prevaleceram à nulidade de razões apresentadas pelos militares, do porquê ser o Brasil um dos únicos países do mundo a ter a Aviação Civil controlada, subordinada, atrelada a um ministério militar.

O artigo do Jornal do Brasil de 29/05 (transcrito abaixo) retrata bem a necessidade da categoria em manter-se coesa na defesa do "Pássaro Civil" enquanto o Ministro da Aeronáutica comanda o lobby contra, ao invés de exercer sua função constitucional. Mas os trabalhadores da Aviação Civil saberão, como até agora o fizeram, responder à altura.

Nossa arma é a unidade da categoria. Neste momento é fundamental que enviemos telegrama aos constituintes Severo Gomes e José Lins, solicitando apoio ao projeto "PÁSSARO CIVIL".

A declaração do assessor parlamentar da Aeronáutica de "luta até a morte" reflete a real necessidade da desvinculação, pois o "Pássaro Civil" é a luta por uma vida aberta, democrática, onde se possa discutir e não impor as condições à nação.

Até agora, Aeronáutica perde e Marinha ganha na Constituinte

BRASÍLIA — No primeiro round dos trabalhos constitucionais o Ministério da Aeronáutica perdeu o domínio sobre a aviação civil e o Ministério da Marinha conseguiu fazer passar um artigo que taxa toda e qualquer extração de minério que dependa de transporte hidroviário, abrindo uma possibilidade de engordar seus saldos. Essa taxação será devida aos estados, territórios, municípios e à Marinha, conforme o disposto em artigo inserido no relatório final da Subcomissão de Defesa do Estado.



O cochilo que impõe tal derrota à assessoria parlamentar da Aeronáutica mobiliza agora até mesmo o ministro Moreira Lima. Ele almoçou ontem com o senador Severo Gomes (PMDB-SP), presidente da Comissão de Ordem Econômica, segunda instância de apreciação das propostas aprovadas na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, onde um artigo de texto sutil, de autoria do deputado Noel de Carvalho (PDT-RJ), dá prazo de quatro anos para que a aviação civil tenha administração própria e desvinculada do Ministério da Aeronáutica.

— Vamos analisar a questão, considerando a documentação e os argumentos das partes interessadas — sustenta o senador, contando que aproveitou o almoço para trocar lobbies com o ministro.

Descuido — Com o relatório da subcomissão de princípios gerais, intervenção do estado-regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica embaixo do braço, o senador apontou ao ministro "pérolas de artigos" que entre outras coisas estabelecem que o estado participará da atividade produtiva em setores não atendidos pela empresa privada, sempre em caráter provisório.

— Aprovado isso, a Embraer, por exemplo, será provisória — disse a Severo. Moreira Lima exibiu o relatório, que considera "absurdo". Segundo o senador, o ministro demonstrou "grande sensibilidade" na análise do relatório.

Foi justamente o fogo cerrado da assessoria parlamentar da

Aeronáutica na Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica que possibilitou a inclusão do artigo pela Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, fato que só foi detectado às vésperas da votação do relatório final e não havia mais tempo para o trabalho de reversão dos votos dos constituintes, já convencidos pelo lobby dos aeronautas e aeroviários.

Estes alegam que o domínio do Ministério da Aeronáutica sobre a aviação civil é uma peculiaridade brasileira e fruto do sistema autoritário, denunciando que a força aérea usa a aviação civil como "cobaia", quando, por exemplo, simula interceptação de vôos comerciais sem que os aparelhos sejam informados disso.

O ministro Moreira Lima, por sua vez, além da argumentação econômica e da eficiência da operação integrada no controle do espaço aéreo brasileiro, propõe transformar em autarquia o Departamento de Aviação Civil - DAC — desvinculando-o da estrutura formal do ministério. Nas mãos (e nos votos) dos constituintes está a vitória de um dos lados. O lobby da Aeronáutica, atualmente, é comandado pelo ministro. "Vamos lutar até a morte pela manutenção do sistema integrado que funciona quase à perfeição" — garante o coronel Wilson Antunes, assessor parlamentar da Aeronáutica.

O Ministério da Aeronáutica foi criado no governo de Getúlio Vargas em 1941, tendo como ministro indicado o civil Salgado Filho. Desde então, todo o tráfego aéreo brasileiro — civil e militar — é administrado em sistema integrado pelo Ministério da Aeronáutica, que se subdivide em três setores principais: Força Aérea, Aviação Civil e Pesquisa, Desenvolvimento e Indústria.

Todo o sistema aeroportuário do país é montado para o funcionamento paralelo e simultâneo da aviação civil e militar. Segundo a assessoria parlamentar do ministério, só em equipamentos de controle de vôo, nos últimos 15 anos, já foram investidos mais de 1 bilhão e meio de dólares. Para se dissociar os dois sistemas serão necessários investimentos de vários bilhões de dólares, porque a Força Aérea não pode tampouco abrir mão dos equipamentos de controle de tráfego aéreo.

MODELO DO TELEGRAMA:
 SOLICITO ILUSTRE CONSTITUINTE APOIO PROJETO "PÁSSARO CIVIL": DESVINCULAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL DO MINISTÉRIO MILITAR.
 ATENCIOSAMENTE,
 Endereço:
 CONGRESSO NACIONAL
 70.000 - BRASÍLIA, DF